

# TERMINOLOGIAS LINGUÍSTICAS NO ENSINO DAS LÍNGUAS CLÁSSICAS (LC) E DO PORTUGUÊS (PE): O CASO DAS FUNÇÕES SINTÁTICAS. (IN)CORRESPONDÊNCIAS

LINGUISTIC TERMINOLOGIES IN THE TEACHING OF CLASSICAL LANGUAGES (CL) AND PORTUGUESE (EP): THE CASE OF SYNTACTIC FUNCTIONS. MATCHES AND MISMATCHES

RUI TAVARES DE FARIA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES/CECH UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RUI.MV.FARIA@UAC.PT

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-0529-9107](https://orcid.org/0000-0002-0529-9107)

181

TEXTO RECEBIDO EM / TEXT SUBMITTED ON: 28/11/2020

TEXTO APROVADO EM / TEXT APPROVED ON: 30/09/2021

**Resumo:** No presente artigo, analisa-se, demonstra-se e discute-se a (im)pertinência de duas nomenclaturas de termos gramaticais no ensino das sintaxes grega, latina e portuguesa. Até que ponto é coerente proceder à análise sintática de uma sequência linguística em grego antigo ou em latim, nos ensinos secundário e superior, recorrendo a uma classificação desconhecida de alunos que estão familiarizados com a Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS), desde o 1.º ciclo do ensino básico? De que modo é legítimo e prático, do ponto de vista didático-pedagógico, um docente de Portu-

guês e de Línguas Clássicas ter de usar dois glossários terminológicos para o ensino da sintaxe? Que (in)correspondências existem ao nível das classificações? Que características e propriedades sintáticas de uma expressão determinam, na frase, uma dada classificação?

**Palavras -chave:** gramática, sintaxe, terminologia linguística, ensino do Português (PE), ensino das Línguas Clássicas (LC).

**Abstract:** In this article, the (in) pertinence of two grammatical term nomenclatures in the teaching of Greek, Latin and Portuguese syntax is analysed, shown and discussed. How consistent is it to proceed with the syntactic analysis of linguistic sequence in ancient Greek or Latin, in secondary and higher education, using an unknown classification to students who are familiar with the Linguistic Terminology adopted in Basic and Secondary Education in the teaching of Portuguese grammar (TLEBS), since the 1<sup>st</sup> cycle of basic education? How is it legitimate and practical, from a didactic-pedagogical perspective, for a teacher of Portuguese and Classical Languages to use two terminological glossaries for teaching syntax? What matches and what mismatches exist at the level of both classifications? What are the syntactic properties that determine a given classification in each language (Portuguese, Greek and Latin)?

**Keywords:** grammar, syntax, linguistic terminology, teaching of Portuguese (EP), teaching of Classical Languages (CL).

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos devem um reconhecimento tardio à sintaxe, enquanto domínio científico que integra a gramática de uma língua. É o estruturalismo que confere à análise sintática o devido estatuto, quando Noam Chomsky publica, em 1955, *Syntactic Structures*, seguindo-se-lhe o linguista francês Lucien Tesnière com a publicação, em 1959,

da obra *Éléments de Syntaxe Structurale*. Até à década de 50 do século passado, excluindo alguns estudos de referência dos linguistas do Círculo Linguístico de Copenhaga,<sup>1</sup> a sintaxe resigna-se a uma prateleira menor da linguística geral. Em Portugal, este domínio linguístico afirma-se como campo de estudos autónomo, a partir de 1970. Dos linguistas portugueses que iniciaram um estudo sistemático da sintaxe portuguesa, independentemente das correntes professadas, Torres<sup>2</sup> destaca, “num leque desde a sintaxe à semântica, à teoria do texto e à pragmática, João Malaca Casteleiro, Eduardo de Paiva Raposo, Mário Vilela através da gramática de valências, Joaquim Fonseca, Fernanda Fonseca, Inês Silva Duarte, João Andrade Peres, Isabel Hub Faria, Ana Maria Brito, Maria Manuela Âmbar e alguns mais.”

A estes investigadores e académicos deve-se a autoria de artigos, gramáticas, capítulos de livros e importantes estudos e reflexões sobre as propriedades sintáticas dos constituintes da frase, em Português Europeu (PE), no âmbito da linguística moderna. O avanço dos estudos a este nível não acompanha, porém, as mudanças que, mais lentamente, se vão operando tanto nos ensinos básico e secundário, como no ensino superior. Até 2004 vigora em Portugal o ensino da gramática tradicional, nos estabelecimentos escolares não universitários, e a sintaxe segue uma nomenclatura estruturalista que se mantém, por exemplo e ainda, no ensino de certas línguas estrangeiras modernas e no ensino das línguas clássicas. Impõe-se a questão: até que ponto é coerente proceder à análise sintática de uma sequência linguística em grego ou em latim, nos ensinos secundário e superior, recorrendo a uma classificação de acordo com a nomenclatura tradicional, desconhecida de alunos que estão familiarizados com a TLEBS, desde o 1.º ciclo do ensino básico, a partir de 2007/2008?

---

1 Destacam-se os estudos de Louis Hjelmslev que, de acordo com a perspectiva saussuriana, contribuem para o reconhecimento da sintaxe como domínio de estudo autónomo no âmbito da linguística geral.

2 1998: 168.

## **2. ENQUADRAMENTO LEGAL DA TERMINOLOGIA LINGUÍSTICA PARA OS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (TLEBS) NA DISCIPLINA DE PORTUGUÊS (PE).**

184 A portaria n.º 1488/2004, de 24 de dezembro, introduz a Nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário, que substitui a Nomenclatura Gramatical Portuguesa, adotada pela portaria n.º 22664/1967, de 28 de abril. A decisão por uma medida que se revelou polémica fica a dever-se à Associação de Professores de Português e a um conjunto de linguistas e académicos das universidades portuguesas. Os pressupostos apresentados reivindicam a atualização de uma nomenclatura considerada obsoleta e avessa aos novos programas de língua portuguesa, manuais escolares, gramáticas e práticas pedagógicas.<sup>3</sup> Do mesmo modo, a Nova Terminologia Linguística permite “incluir as áreas da Pragmática e da Linguística Textual, áreas científicas que conheceram um desenvolvimento considerável em termos de investigação ao longo das últimas décadas.”<sup>4</sup> A referida portaria decreta a adoção da TLEBS a título experimental, nos ensinos básico e secundário, daí decorrendo eventuais alterações, consoante as atualizações linguísticas e as práticas pedagógicas do ensino do Português assim o venham a exigir.

Três anos mais tarde, é apresentada uma segunda versão da TLEBS, conforme documenta a portaria n.º 476/2007, de 18 de abril, uma vez que as revisões feitas à primeira versão demonstraram a necessidade de uma redução significativa da lista de termos e de uma adequação discursiva em função dos ciclos de ensino a que se presta a respetiva implementação. Impunha-se uma lógica estrutural que espelhasse o pragmatismo da linguagem gramatical, pautada por uma coerência

---

3 Leia-se, a este propósito, o artigo de João Costa, intitulado “Terminologia Linguística”, publicado na revista *Visão* de 16 de novembro de 2006.

4 Vieira 2010: 5.

entre os diferentes domínios, no que diz respeito aos termos utilizados. Além disso, foi necessária a reelaboração de algumas definições para que o discurso usado ficasse claramente uniformizado, assim como a apresentação de exemplos inequívocos e ilustrativos dos conceitos propostos. Apesar de os domínios da Pragmática, da Linguística Textual e da Análise do Discurso e da Retórica terem constituído a principal novidade da Nova Terminologia Linguística, mudanças de nomenclatura no âmbito da morfologia, da lexicologia e da sintaxe também ocorreram. Importa atentar, particularmente, nas atualizações que a TLEBS propôs e implementou ao nível da análise sintática da língua portuguesa.

## 2.1. AS FUNÇÕES SINTÁTICAS: NOMENCLATURA.

Neste domínio específico da gramática, a TLEBS apresenta um registo analítico inequivocamente estruturalista. As funções sintáticas organizam-se segundo diferentes níveis: desde a frase, enquanto sequência linguística macroestrutural, até aos sintagmas ou grupos que representam microestruturas frásicas. A nomenclatura, porém, oferece algumas novidades. Ao nível da frase, além dos constituintes imediatos do *sujeito* e do *predicado*, são dispostos nesta macroestrutura o *vocativo* e o *modificador*. Em relação ao *vocativo*, não há qualquer novidade, uma vez que se trata de uma função sintática elencada na Nomenclatura Gramatical Portuguesa instituída pela portaria n.º 22664/1967, mas, relativamente à relação gramatical designada de *modificador*, a TLEBS introduz uma primeira inovação. Ainda no que se refere a estas quatro funções sintáticas, importa salientar que o *sujeito* e o *predicado* são de natureza obrigatória e o *vocativo* e o *modificador*, de caráter facultativo. A TLEBS demarca a existência de funções sintáticas imprescindíveis à realização gramatical de uma frase, logo obrigatórias, e a ocorrência de um conjunto de funções que,

apesar de enriquecerem informativamente os enunciados proferidos ou escritos, são desnecessárias para que uma sequência linguística seja gramaticalmente reconhecida como frase.

Ao nível do grupo verbal que constitui o predicado, mantêm-se as funções sintáticas de *complemento direto*, *complemento indireto*, *complemento agente da passiva*, *predicativo do sujeito* e *predicativo do complemento direto*. Surgem duas novas funções: o *complemento oblíquo* e o *modificador*. Este último, de natureza facultativa, apresenta propriedades sintático-semânticas que o diferenciam do modificador ao nível da frase.<sup>5</sup> Igualmente opcionais são todas as outras relações gramaticais que se realizam ao nível do grupo nominal e do grupo adjetival. Isto é, todas as funções sintáticas podem integrá-las enquanto microestruturas frásicas. São elas o *complemento do nome*, o *modificador do nome* e o *complemento do adjetivo*.<sup>6</sup> Em síntese, a TLEBS instrui o ensino-aprendizagem da sintaxe da língua portuguesa com seis novas funções sintáticas: o *modificador* (ao nível da frase), o *modificador* (ao nível do predicado), o *complemento oblíquo*, o *complemento do nome*, o *modificador do nome* (que pode ser *restritivo* ou *apositivo*) e o *complemento do adjetivo*, e apresenta uma nova subclassificação para a função de sujeito: às já conhecidas tipologias de simples e/ou composto, a TLEBS acrescenta a designação de *nulo*, quando o sujeito não é realizado lexicalmente, podendo ser subentendido, indeterminado ou expletivo.

186

---

5 O modificador frásico (ou da frase) parte do enunciador e muda toda a frase; o verbal (ou do grupo verbal) modifica apenas o núcleo verbal. Veja-se o exemplo seguinte: *Tu atrasaste-te outra vez, francamente, João!* Nesta frase, o constituinte 'outra vez' é modificador verbal, pois aplica-se diretamente ao verbo; já o grupo adverbial 'francamente' é um modificador da frase, porque se prende com a intencionalidade comunicativa de quem proferiu a frase. Para mais explicitações e exemplos, consulte-se Faria 2020: 36, 43-44.

6 Além destas, há a assinalar, ainda, o modificador do adjetivo, o complemento do advérbio e o modificador do advérbio, funções sintáticas que não constam dos programas da disciplina de Português, nos ensinos básico e secundário, daí não serem referidas na listagem apresentada.

## 2.2. INCOERÊNCIAS: CONCEITOS E EXEMPLOS.

Apesar de estas funções sintáticas constituírem novidades terminológicas, as respetivas conceptualizações registam certas incoerências. O *Dicionário Terminológico*<sup>7</sup> (DT) apresenta definições claras, mas desprovidas de exemplos inequívocos. Do mesmo modo, as gramáticas que se têm publicado, dirigidas ao público estudantil dos ensinos básico e secundário, fazem constar, em para-texto, a certificação de conformidade terminológica pela TLEBS e pelo DT, mas carecem de alguma coerência conceptual, relativamente a certas funções sintáticas, sobretudo ao nível da exemplificação. Os manuais escolares integram epítomes gramaticais, nos quais as definições e os exemplos nem sempre são favoráveis a uma aprendizagem das funções sintáticas que prime pela clareza e pela objetividade. Pretende-se, pois, prestar alguns esclarecimentos.

Em relação à designação de *sujeito nulo*, a conceptualização que lhe diz respeito não acarreta dificuldades de compreensão. A subclassificação em *sujeito nulo subentendido*, *sujeito nulo indeterminado* e *sujeito nulo expletivo* surge, também, de forma clara. Contudo, certos manuais escolares e algumas gramáticas apresentam exemplos que confundem tanto alunos, como professores, particularmente na explicação da subclassificação de *sujeito nulo indeterminado*. Magalhães & Costa<sup>8</sup> apresentam, no bloco informativo de um manual escolar do 10.º ano de escolaridade, com a indicação da revisão científica de António Moreno, Helena Couto Lopes e João Veloso, a seguinte definição de sujeito nulo indeterminado, seguida de dois exemplos:

sujeito nulo indeterminado – refere uma entidade não específica  
(pode ser substituído por *alguém*) (1-2).

---

<sup>7</sup> Este documento resulta da TLEBS e complementa-a. Usar-se-á a sigla DT a partir desta referência.

<sup>8</sup> 2010: 258.

(1) [-] *Bateram à porta.* (= *Alguém* bate à porta.)

(2) [-] *Diz-se que ele foi preso.* (= *Alguém* diz que ele foi preso.)

Rocha,<sup>9</sup> autora de uma gramática direcionada para o ensino secundário, referenciada como estando de acordo com o programa e as metas curriculares, apresenta um conceito semelhante:

Sujeito indeterminado

Quando não se pode ou não se quer nomear a pessoa ou o ser a quem a ação possa ser atribuída, diz-se que o sujeito é indeterminado. Nestes casos, o verbo surge na 3.<sup>a</sup> pessoa do plural, ou na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular com o pronome 'se'.

Ex.:

*Bateram à porta.* – Não se sabe quem bateu à porta. Alguém (indeterminado) bateu à porta. [...]

188

Também Amorim & Sousa<sup>10</sup> sugerem, pela paráfrase, a lexicalização do *sujeito nulo indeterminado*, referindo que este tipo de *sujeito* se verifica

quando o verbo se encontra na 3.<sup>a</sup> pessoa do plural ou do singular, acompanhado, neste último caso, do pronome pessoal *se* com valor impessoal. Não é possível identificar o referente do sujeito nulo indeterminado, uma vez que não é definido nem específico. Pode ser parafraseado por *há quem* ou *há pessoas que*.

Ora, se o *sujeito nulo* é, independentemente da subclassificação, uma categoria vazia, porque não é expresso lexicalmente, que sentido faz propor-se, numa definição, que o *sujeito nulo indeterminado* pode ser

---

9 2016: 115.

10 2010: 120.



substituído por um pronome ou ocorre quando uma forma verbal está flexionada na 3.<sup>a</sup> pessoa do plural ou do singular, acompanhada do pronome pessoal *se* com valor impessoal? Este tipo de incoerências

tem gerado várias confusões: primeiramente, sendo o sujeito nulo, porque não está escrito, nem foi dito, não deve ser explicitado pelo recurso a um pronome que não os das formas primárias que garantem a concordância verbal (ele ou eles); embora *alguém* sugira semanticamente a indefinição/indeterminação, trata-se de um sujeito simples. Em segundo lugar, quando o falante se confronta com uma frase como *Alguém leu o poema?*, tem uma tendência para classificar o respetivo sujeito, que é o pronome destacado, de sujeito nulo indeterminado e não de sujeito simples, em virtude das explicitações com que se depara em muitas gramáticas.<sup>11</sup>

Outra função sintática que persiste em colocar dúvidas a alunos e a professores é o *complemento oblíquo*. A designação de ‘oblíquo’ deve-se, em parte, à relação que existe entre os constituintes que desempenham a função sintática de *complemento oblíquo*, em língua portuguesa, e os constituintes que, em latim e em grego, são realizados pelos casos oblíquos: o genitivo, o dativo e o ablativo, no caso da língua latina, o genitivo e o dativo, no caso da língua grega. Na língua grega, mais frequentemente do que no latim, há preposições específicas que regem estes casos e atestam a obrigatoriedade destes grupos preposicionais selecionados por certos verbos, tal como sucede com a realização linguística do *complemento oblíquo*, em português. Atente-se, por exemplo, no que se lê, sobre esta relação gramatical em Mateus, M. H. *et alii*:<sup>12</sup>

---

11 Faria 2020: 34.

12 <sup>6</sup>2003: 294.

Chama-se **oblíquas** (abreviadamente, OBL) às relações gramaticais que não são centrais. Têm relações gramaticais oblíquas tanto argumentos obrigatórios e opcionais do predador verbal [...].

Esta definição não encontra concordância com as perspetivas e as explicações que sobre esta função sintática se têm desenvolvido, no âmbito da terminologia linguística para os ensinos básico, secundário e superior. Nas gramáticas mais recentes, tanto as de índole mais científica ou académica, como as de carácter mais escolástico, a definição de *complemento oblíquo* como relação gramatical obrigatória tem sido clara e coerente.<sup>13</sup> Contudo, nalguns casos, podem surgir dúvidas quanto à classificação do *complemento oblíquo*. Veja-se os exemplos (i) a (iii):

- (i) Os alunos estão **em Lisboa**.
- (ii) Os alunos ficam **em Lisboa**.
- (iii) Os alunos moram **em Lisboa**.

190

Em qualquer um dos exemplos, o grupo preposicional “**em Lisboa**” constituiu uma informação relativa a um lugar que estabelece relação sintático-semântica com o sujeito da frase que é “**Os alunos**”. Em (i) e (ii), o constituinte “**em Lisboa**” desempenha a função sintática de *predicativo do sujeito*, em (iii), de *complemento oblíquo*. Àquilo que a Nomenclatura Gramatical Portuguesa classifica de *complemento circunstancial de lugar onde*, em qualquer uma das frases, a TLEBS impõe outra classificação, instituída na determinação de que os verbos estativos ou predicativos (*ser, estar, ficar, permanecer, etc.*) seleccionam obrigatoriamente um *predicativo do sujeito*, incoerência que os exemplos (i) a (iii) ilustram.

Quanto ao *modificador*, a TLEBS apresenta-o a três níveis: ao da frase, ao do predicado ou grupo verbal e ao do grupo nominal. A conceptua-

---

<sup>13</sup> Raposo, E. *et alii* 2013: 1181-1183; Rocha, M. R. 2016: 119-121; Amorim, C. & Sousa, C. 2010: 124.

lização do *modificador do nome*, restritivo ou apositivo, é clara, podendo, contudo, insinuar certa confusão com o *complemento do nome*, pois as diferenças são ténues, porque, no fundo, o *complemento do nome* também pode restringir o nome a que se liga sintaticamente.<sup>14</sup> Já as definições apresentadas para *modificador* ao nível da frase e para *modificador* ao nível do grupo verbal exigem do aluno-falante uma competência e um conhecimento linguísticos que, nos ensinos básico e secundário, não é possível desenvolver e consolidar. Por isso, as Metas Curriculares excluem a subclassificação destes modificadores, deixando o aluno de distinguir um *modificador* que ocorra ao nível frásico de um que se realize no plano do predicado. Há algumas outras dúvidas que a TLEBS suscita, relativamente ao domínio sintático. Destaca-se as que parecem mais incoerentes e que estabelecem relação com certas questões da nomenclatura gramatical usada no ensino das Línguas Clássicas.

### **3. A TERMINOLOGIA LINGUÍSTICA NO ENSINO DAS LÍNGUAS CLÁSSICAS (LC).**

191

No ensino do Latim e do Grego segue-se uma terminologia linguística uniformizada, em todos os países onde se aprendem estas duas línguas clássicas. Não causa, por isso, qualquer estranheza a um professor de nacionalidade espanhola orientar-se por uma gramática do Latim ou do Grego que se apresente numa língua que não a sua. Do mesmo modo, a um aluno francês ou italiano, a aprendizagem da sintaxe grega ou latina num país estrangeiro não oferece dificuldades em matéria terminológica. Apesar de haver funções sintáticas específicas à realização linguística do Latim e/ou do Grego, cerca de 85% dos termos utilizados encontram correspondência conceptual e terminológica na Nomenclatura Gramatical Portuguesa de 1967. Isto

---

<sup>14</sup> Consulte-se Faria 2020: 44-46.

é, o que se apresenta, por exemplo, como um complemento determinativo nas línguas clássicas corresponde ao que essa nomenclatura nomeia de complemento determinativo. Tanto o Latim como o Grego apresentam, a um nível macroestrutural, as funções de sujeito e de predicado. Ao nível do predicado, surgem, num primeiro plano de análise sintática, o predicativo do sujeito, o complemento direto, o complemento indireto, o predicativo do complemento direto e o complemento agente da passiva. Num estádio mais restrito, de caráter obrigatório e/ou facultativo para a realização gramatical da frase, há um conjunto de complementos: os circunstanciais, o determinativo, o atributo, o aposto, o patronímico e, no caso do Grego e também do Latim, o locativo. Esta primeira listagem das funções sintáticas em uso no ensino das línguas clássicas não apresenta o complemento oblíquo, os modificadores<sup>15</sup>, os complementos do nome e do adjetivo, e não há, ao que se saiba, uma correspondência inequívoca entre o que deixou de figurar na TLEBS e o que ainda consta na terminologia pela qual se rege o ensino-aprendizagem das línguas clássicas.

### **3.1. PARTICULARIDADES DA ANÁLISE SINTÁTICA GRECO-LATINA.**

A análise sintática greco-latina é estruturalista. Para as várias funções sintáticas são apresentados exemplos e para o conjunto de exceções que em ambas as línguas clássicas se verifica os autores das

---

<sup>15</sup> Júnior <sup>2</sup>2016: 206 refere-se à existência de ‘modificadores’ na análise sintática do Grego, mas não são conceptualizados do modo como a TLEBS os define: “Além do sujeito e do predicado, a oração inclui normalmente outros elementos: os modificadores do sujeito e os complementos do predicado e modificadores do verbo. Os modificadores do sujeito podem ser o artigo, um pronome possessivo, demonstrativo, interrogativo e indefinido, um adjetivo atributivo, um infinitivo, um particípio, uma frase preposicional.” Esta listagem de realizações morfossintáticas dos modificadores do sujeito não traz especificidades quanto à verdadeira propriedade sintática de um modificador. Embora sejam referidos modificadores do verbo, o autor não os explicita nem os exemplifica.

gramáticas procuram esclarecer e oferecer mecanismos de diferenciação gramatical. As gramáticas de Grego publicadas em Portugal<sup>16</sup> dedicam uma parte distinta à sintaxe. Nenhum dos autores, porém, apresenta em nota introdutória particularidades deste domínio linguístico, no âmbito da língua grega. Iniciam a classificação das funções sintáticas e, quando um apontamento se impõe, explicitam os casos particulares. Do mesmo modo não é feita qualquer relação preambular entre a sintaxe da língua portuguesa e a da língua grega. Pressupõe-se que os destinatários destes compêndios detenham um conhecimento gramatical do Português devidamente consolidado para haver uma operacionalização didática dos conteúdos apresentados. Este procedimento pedagógico é adotado por outras gramáticas da língua grega, publicadas no estrangeiro e tidas como referências importantes para o estudo da linguística grega.<sup>17</sup> Das gramáticas consultadas, apenas Smyth<sup>18</sup> expõe definições acerca da sintaxe, antes de elencar as funções sintáticas e as respetivas análises e exemplificações. Destaque-se o conceito que o autor apresenta para ‘frase’ e para ‘sintaxe’: “900. A sentence expresses a thought. Syntax (σύνταξις *arranging together*) shows how the different parts of speech and their different inflectional forms are employed to form sentences.”

193

Também as gramáticas de Latim, publicadas e reeditadas em Portugal<sup>19</sup> até à recente edição da *Nova Gramática do Latim*, de Frederico Lourenço, dispensam esclarecimentos prévios acerca da sintaxe latina; avançam diretamente para a conceptualização das funções sintáticas

---

16 Freire, A., *Gramática Grega*; Perfeito, A. A., *Gramática de Grego* e Júnior, M. A., *Gramática de Grego: Grego Clássico e Helenístico*.

17 São exemplos a gramática de Goodwin, W. W., *A Greek Grammar*, e a de Allard, J., *Grammaire Grecque*.

18 <sup>2</sup>1956 (reimpr. 2013): 255.

19 Cf., e.g., Freire, A., *Gramática Latina*; Almendra, M. A., & Figueiredo, J. N., *Compêndio de Gramática Latina* e Borregana, A. A., *Gramática Latina*.

e respetiva demonstração. Pelo contrário, Lourenço<sup>20</sup> dedica cerca de uma dezena de páginas a uma introdução ao estudo da sintaxe latina, na qual tece algumas advertências e explicita certas particularidades no domínio sintático do Latim. Daí resulta que, para se estudar a sintaxe latina,

a intuição e o conhecimento passivo não chegam. Podemos saber o significado e a correta classificação morfológica de cada palavra individual que compõe uma frase latina e, contudo, não perceber a frase, porque se não conseguirmos compreender a lógica que preside à sua estrutura – a sua sintaxe –, não poderemos entendê-la (muito menos traduzi-la). Não foi à toa que se estabeleceu, em épocas anteriores, a metodologia de ensinar sintaxe latina por meio de retroversões, porque é necessário, de facto, um conhecimento ativo das regras e das estruturas para descodificarmos o que as frases significam.<sup>21</sup>

194

Por outras palavras, é necessário um conhecimento gramatical das estruturas da língua portuguesa para se dominar a análise sintática latina. Importa, por isso, que haja uma concordância linguística em relação às terminologias em uso.

### **3.2. (IN)CONFORMIDADES: CONCEITOS E EXEMPLOS.**

Esta concordância exige uma harmonização de conceitos e exemplos. Um falante-aluno que, desde os primeiros ciclos da educação básica, está familiarizado com as definições propostas pela TLEBS, pelo DT, pelas gramáticas portuguesas recentemente publicadas em conformidade com as imposições tutelares ao nível do ensino linguístico, e

---

20 2019: 253 sqq.

21 2019: 253-254.

pelos manuais escolares, depara-se com uma terminologia diferente quando, no ensino secundário ou no ensino superior, inicia a aprendizagem das Línguas Clássicas. Constituem motivo de estranheza – e também de confusão – os seguintes exemplos de funções sintáticas suas desconhecidas:<sup>22</sup>

a) o *complemento circunstancial de lugar onde*:

(1) Οἱ στρατιῶται ἐν τῷ πεδίῳ ἦσαν.<sup>23</sup>

(2) Οἱ φίλοι παρὰ Σωκράτει εἰσίν.<sup>24</sup>

Confrontado com a tradução portuguesa dos exemplos, verifica-se que o núcleo verbal seleciona, em língua portuguesa, um *predicativo do sujeito*. Que relação pode haver entre um *predicativo do sujeito*, que existe em Português, em Grego e em Latim, com uma função que a TLEBS não elenca e que se realiza, sintaticamente, através do mesmo verbo?

b) o *complemento circunstancial de lugar para onde*

(3) Abi **domum**.<sup>25</sup>

(4) Veni **Carthaginem**.<sup>26</sup>

Os exemplos apresentados ilustram duas realizações de *complemento circunstancial de lugar para onde*, que se expressa em acusativo sem preposição. Traduzidas as frases para língua portuguesa, o aluno encontra uma correspondência entre as expressões latinas que desempenham a função sintática de *complemento circunstancial de lugar para onde* e a

---

22 Apresenta-se algumas funções sintáticas, tanto em grego, como em latim, e não todas as que diferem da TLEBS em vigor para o ensino da língua portuguesa, dado o limite de extensão do artigo.

23 Perfeito 1997: 143. Tradução: “Os soldados estavam na planície.”

24 *Ibidem*: 143. Tradução: “Os amigos estão junto de Sócrates.”

25 Freire 1998: 179. Tradução: “Vai para casa.”

26 Lourenço 2019: 291. Tradução: “Vim para Cartago.”

função sintática do *complemento oblíquo* operacionalizada pelos grupos preposicionais “para casa” (3) e “para Cartago” (4), porque as propriedades sintático-semânticas dos verbos portugueses assim o determinam. Levanta-se outra inconformidade: a tradução ou a retroversão poderão condicionar a classificação de uma dada função sintática?

c) o *complemento determinativo*:

(5) **Nympharum** rosae pulchrae erant.<sup>27</sup>

(6) **Rosarum** corollae pulchrae et odoratae sunt.<sup>28</sup>

Realizado pelo caso genitivo, o *complemento determinativo* corresponde às expressões destacadas. A tradução portuguesa suscita ao aluno uma nova pergunta: tratando-se de grupos preposicionais, em língua portuguesa, que se ligam a um nome, estar-se-á perante um *complemento do nome* ou um *modificador do nome restritivo*? No primeiro caso, está-se perante um *complemento do nome*, porque se expressa posse; no segundo, perante um *modificador do nome restritivo*, pois particulariza-se o nome ‘corola’.

d) o *atributo*:

(7) Παράδεισος μέγας καὶ καλός.<sup>29</sup>

(8) Populus acer Timotheum reuocat (Nep. Tim. 3).<sup>30</sup>

Os elementos destacados desempenham a função sintática de *atributo*, de acordo com a sintaxe grega. Traduzidos para português, os núcleos são morfologicamente adjetivos. Adscritos a um nome, é possível uma correspondência entre o *atributo*, em grego, e o *modificador do nome restritivo*.

---

27 Borregana, A. A. & Borregana, A. R. 2008: 34. Tradução: “As rosas das ninfas são lindas.”

28 *Ibidem*: 34. Tradução: “As corolas de rosas são lindas e perfumadas.”

29 Freire 1987: 181. Tradução: “Um jardim grande e lindo.”

30 Freire 1998: 171. Tradução: “Um povo apaixonado reclama Timóteo.”



tivo, em português. Atendendo aos conceitos e exemplos apresentados, estes são o primeiro caso de uma correspondência em conformidade entre a sintaxe greco-latina e a portuguesa, segundo a TLEBS.

e) o *aposto*

(9) Titus, **bonus dominus**, magnum fundum habet cum uasta silua.<sup>31</sup>

(10) Aeneas et Lauíniae filii, **Ascanius et Siluius**, paternam operam in Italia pergent.<sup>32</sup>

Tal como o *atributo*, o *aposto* não suscita dúvidas ao aluno: as propriedades sintático-semânticas da função desempenhada por este constituinte são idênticas às do *modificador do nome apositivo*. A própria subclassificação deste *modificador do nome*, em língua portuguesa, aproxima-o do termo *aposto*, relação gramatical da nomenclatura sintática do Grego e do Latim.

f) o *patronímico*

(11) Σωκράτης ὁ Σωφρονίσκου.<sup>33</sup>

(12) Θουκυδίδης ὁ Ὀλόρου.<sup>34</sup>

De novo, há uma correspondência entre a função sintática do *patronímico* (também *genitivo de parentesco*) e o *complemento do nome* instituído pela TLEBS no ensino do Português. Uma vez que o *complemento do nome* se caracteriza, entre outros aspetos, por expressar o grau de parentesco, esta alteração terminológica não surpreende o aluno que estuda, em simultâneo, a sintaxe portuguesa e a sintaxe das línguas clássicas.

---

31 Borregana, A. A. & Borregana, A. R. 2008: 50. Tradução: “Tito, um bom senhor, tem uma herdade extensa com um vasto bosque.”

32 *Ibidem*: 64. Tradução: “Os filhos de Eneias e de Lavínia, Ascânio e Sívlio, continuarão a obra paterna em Itália.”

33 Júnior 2016: 244. Tradução: “Sócrates, filho de Sofronisco.”

34 *Ibidem*: 244. Tradução: “Tucídides, filho de Óloro.”

#### **4. CONCLUSÃO.**

#### **DUAS TERMINOLOGIAS LINGUÍSTICAS NO ENSINO: (DES)VANTAGENS?**

198

Perante as (in)conformidades expostas e exemplificadas impõe-se, desde logo, a elaboração de uma correspondência de nomenclaturas. Os alunos do sistema educativo que vigora, atualmente, em Portugal, aprendem a gramática da língua portuguesa de acordo com uma terminologia linguística específica, desde o 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico. No 10.º ano, os cursos científico-humanísticos de Línguas e Humanidades oferecem a opção da disciplina de Latim A. Aos alunos que escolhem esta unidade curricular espera a abordagem do sistema gramatical latino segundo uma terminologia diferente daquela que é usada no ensino secundário no aprofundamento da gramática do Português. Os alunos que revelam um conhecimento consolidado da terminologia em uso no ensino-aprendizagem da língua portuguesa acabarão por adaptar-se à nomenclatura usada no ensino-aprendizagem do Latim, procurando criar um jogo mental de correspondências. Contudo, este cenário é hipotético e há que garantir a promoção de uma aprendizagem conforme as necessidades e as dificuldades dos alunos. Regista-se a primeira desvantagem decorrente da existência de duas terminologias linguísticas no ensino das línguas.

Além disso, sendo o Português uma língua novilatina, importa questionar a razão por que a análise gramatical difere do ponto de vista terminológico. No âmbito da sintaxe, devem esclarecer-se as causas que levam à existência de um número de termos comuns, por um lado, e à ocorrência de designações diferentes para uma mesma função sintática, por outro. A falta de um estudo comparativo profundo entre as duas nomenclaturas, tanto ao nível da análise sintática como ao nível dos outros domínios dos estudos linguísticos, como a morfologia, constitui outra desvantagem. Primeiramente, é

necessária uma reanálise dos termos instituídos pela TLEBS para, depois, se processar uma leitura comparativa entre a nomenclatura usada no ensino do Grego e do Latim e as respectivas correspondências, ao nível da sintaxe.

Por outro lado, a coexistência de duas terminologias gramaticais demonstra o resultado de investigações que se têm revelado importantes, no âmbito dos estudos linguísticos. O uso de uma nomenclatura específica nos ensinos básico e secundário é uma medida educativa exclusiva de Portugal. Ao que se pôde apurar, nos restantes países da Europa não se operou uma reformulação terminológica ao nível do ensino da gramática. Esta situação pode afigurar-se uma vantagem – ou uma novidade –, sobretudo ao nível da investigação dos linguistas portugueses que, tendo considerado obsoleta a Nomenclatura Gramatical que vigorou desde 1967 no ensino-aprendizagem da gramática da língua portuguesa, avançaram uma proposta inovadora, mau grado as incoerências que se têm assinalado. A TLEBS foi implementada em 2007, pelo que há tempo para esclarecimentos e alterações, desde que as inconformidades sejam apontadas de modo fundamentado. Seria de todo proveitoso auscultar os profissionais que, sem tempo para a investigação científica, mas dedicados ao ensino do Português e das Línguas Clássicas, particularmente nos ensinos básico e secundário, se têm confrontado com dúvidas relativas a definições e/ou exemplos, quando ensinam a sintaxe da língua aos alunos, para que, pelo menos, as questões terminológicas possam ser esclarecidas. Em concomitância, o envolvimento científico e pedagógico dos docentes de Português, Latim e Grego, numa tarefa conjunta de concertação de conceitos, seria um passo importante para o estabelecimento de uma nomenclatura gramatical uniformizada e coerente, tanto no ensino do Português, como das Línguas Clássicas: *uoluntas pro facto reputatur*.<sup>35</sup>

199

---

35 Sentença latina, cuja tradução portuguesa é “A vontade é que faz a ação”.

## BIBLIOGRAFIA

- Allard, J. (1972), *Grammaire Grecque*, Paris: Hachette.
- Almendra, M. A. & Figueiredo, J. N. (reimpr. 2016), *Compêndio de Gramática Latina*, Porto: Porto Editora.
- Amorim, C. & Sousa, C. (2010), *Gramática da Língua Portuguesa*, Porto: Areal Editores.
- Borregana, A. A. (2002), *Gramática Latina*, Lisboa: Lisboa Editora.
- Borregana, A. A. & Borregana, A. R. (2008). *Novo Método de Latim. 10.º ano*, Lisboa: Lisboa Editora.
- Faria, R. T. (2020), *Princípios fundamentais da sintaxe da língua portuguesa*, Linda-a-Velha: DG Edições.
- Ferreira, A. G. & Figueiredo, J. N. (reimpr. 2003), *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Porto: Porto Editora.
- Freire, A. (<sup>6</sup>1998), *Gramática Latina*, Braga: Livraria Apostolado da Imprensa e Faculdade de Filosofia.
- Freire, A. (<sup>8</sup>1987), *Gramática Grega*, Braga: Livraria Apostolado da Imprensa e Faculdade de Filosofia.
- Goodwin, W. W. (reimpr. 1955), *A Greek Grammar*, London: Macmillan & Co Ltd/ New York: St. Martin's Press.
- Júnior, M. A. (<sup>2</sup>2016), *Gramática de Grego: Grego Clássico e Helenístico*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lourenço, F. (2019), *Nova Gramática do Latim*, Lisboa: Quetzal.
- Magalhães, O. & Costa, F. (2010), *Entre Margens. Português. 10.º ano*, Porto: Porto Editora.
- Mateus, M. H. et alii (<sup>6</sup>2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Perfeito, A. A. (<sup>7</sup>1997), *Gramática de Grego*, Porto: Porto Editora.
- Raposo, E. et alii (2013), *Gramática do Português. Volume I*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Raposo, E. *et alii* (2013), *Gramática do Português. Volume II*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rocha, M. R. (2016), *Gramática. Português. Ensino Secundário*, Porto: Porto Editora.
- Smyth, H. W. (<sup>2</sup>1956; reimpr. 2013), *Greek Grammar*, Cambridge: Harvard University Press.
- Torres, A. (1998), *Gramática e Humanismo. Ensaios e outros estudos*, Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- Vieira, P. M. F. P. (2010), *Da 1.ª à 2.ª versão da TLEBS. Análise comparativa das duas versões da TLEBS nas áreas da Semântica e da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual*, dissertação de mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Lisboa: Universidade Aberta.

